



RELATÓRIO DE DIRETORIA

HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO
 Laramara – Associação Brasileira de Assistência à Pessoa com Deficiência Visual é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos. Sua missão é oferecer atendimento especializado a crianças, jovens e adultos com deficiência visual (associada ou não à deficiência múltipla), e às suas famílias, em ações socioeducativas e socioassistenciais, visando ao seu pleno desenvolvimento e inclusão social.

Quando Laramara foi criada, assumimos um compromisso de luta pela mudança da situação da pessoa com deficiência visual no Brasil, pois o cenário era de absoluta precariedade de serviços especializados. Assim, pautamos nosso trabalho na atuação em intervenção precoce e apoio integral às famílias, bem como no assessoramento a creches, escolas e comunidade.

A importância das ações que desenvolvemos está em poder avançar alguns passos no sentido de modificar a situação vigente, lutando por transformações significativas, que realmente interfiram positivamente na sociedade e na qualidade de vida dessas pessoas.

A ação inicial da Laramara, que era acompanhar e favorecer o desenvolvimento infantil, expandiu-se bastante. Procuramos diversificar cada vez mais nossas atividades no sentido de facilitar a real participação da pessoa cega e com baixa visão na sociedade.

Criamos importantes estratégias para facilitar e concretizar a inclusão das pessoas com deficiência visual na família, na escola, no trabalho, no lazer e nos espaços culturais, tirando-as da vulnerabilidade social, prevenindo assim prejuízos desnecessários ao seu desenvolvimento. Desenvolvemos e produzimos auxílios e equipamentos de tecnologia assistiva, brinquedos pedagógicos, livros instrucionais e manuais de apoio social às famílias, educadores, escolas e universidades. São materiais distribuídos por todo o Brasil com apoio de empresas parceiras, MEC e Secretarias de governo, após estas feitas exclusivamente por nossa instituição.

Reconhecemos e agradecemos, em nome de Laramara e de todos os brasileiros com deficiência visual, a responsabilidade social de empresas e a generosidade de cidadãos comuns; os patrocínios, convênios com órgãos governamentais, apoios diversos da sociedade e trabalho de voluntários e colaboradores.

Aos 23 anos de sua fundação, Laramara está preparada, organizada e com a mesma transparência e comprometimento de sempre e, certamente, com a parceria de associações, institutos, ONG's e empresas privadas e públicas, poderemos realizar cada vez mais e melhor a missão a que nos propomos: propiciar às pessoas com deficiência visual a emancipação pessoal e social com os melhores recursos materiais e humanos, com igualdade de oportunidades, para uma total inclusão social.

Foi com a sua colaboração que fizemos a diferença na vida das pessoas com deficiência visual e suas famílias e transformamos Laramara em referência nacional e internacional no trabalho em benefício dessas pessoas, elas mesmas protagonistas de nossas ações de defesa e garantia de seus direitos.

"JUNTOS TRANSFORMAMOS VIDAS"

DEMONSTRAÇÕES DO SUPERÁVIT (DÉFICIT) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2013	31/12/2012
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Venda de produtos e serviços.....	13	35.697.424	27.679.991
Benefícios obtidos - isenções tributárias.....	16	4.289.429	3.647.567
Doações para manutenção.....	14	4.578.875	3.522.311
Convênios com órgãos públicos e privados.....	15	652.409	742.059
Outras receitas.....		132.721	655.104
Total da receita operacional bruta.....		45.350.858	36.247.032
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA			
Impostos, cancelamentos e deduções.....	17	(6.087.059)	(4.728.746)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....		39.263.799	31.518.286
CUSTO DE PROJETOS E SERVIÇOS.....	18	(18.707.354)	(15.997.708)
SUPERÁVIT OPERACIONAL BRUTO.....		20.556.445	15.520.578
DESPESAS OPERACIONAIS.....	18	(18.604.698)	(16.062.736)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO.....		1.951.747	(542.158)
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas (despesas) financeiras, líquidas.....		285.002	(100.085)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO.....		2.236.749	(642.243)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em reais - R\$)

	31/12/2013	31/12/2012
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO.....	2.236.749	(642.243)
Outros resultados abrangentes.....	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO.....	2.236.749	(642.243)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em reais - R\$)

	31/12/2013	31/12/2012
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (déficit) do exercício.....	2.236.749	(642.243)
Ajustes para conciliar o superávit (déficit) do exercício com o caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações.....	1.015.517	916.291
(Reversão) constituição de provisão para riscos trabalhistas.....	(63.664)	211.236
Variação monetária e juros sobre empréstimos e financiamentos.....	30.923	43.680
Variação cambial sobre empréstimos.....	(6.758)	21.603
Resultado na venda de bens do ativo imobilizado.....	(16.285)	3.690
Doação recebida em bens do ativo imobilizado.....	(44.000)	(1.500)
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber.....	(651.581)	(1.127.071)
Adiantamentos diversos.....	(58.750)	48.908
Estoques.....	152.364	(29.784)
Impostos a recuperar.....	(21.602)	572
Outras contas a receber.....	(11.549)	3.736
Depósitos Judiciais.....	20.622	-
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores.....	357.237	155.546
Adiantamentos de clientes.....	(75.781)	(96.786)
Obrigações fiscais.....	31.387	(4.325)
Obrigações trabalhistas e sociais.....	112.318	158.568
Pagamento de riscos trabalhistas.....	-	(41.000)
Outras contas a pagar.....	5.530	(14.156)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais.....	3.012.676	(393.035)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento por venda de bens do ativo imobilizado.....	82.501	-
Pagamentos por aquisições de bens do ativo imobilizado.....	(249.236)	(324.982)
Pagamentos por aquisições de bens do ativo intangível.....	(1.119)	(16.179)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento.....	(167.854)	(341.161)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de empréstimos e financiamentos.....	(719.917)	(405.213)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento.....	(719.917)	(405.213)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	2.124.905	(1.139.409)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício.....	1.838.609	2.978.018
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício.....	3.963.514	1.838.609
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	2.124.905	(1.139.409)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

20. GRATUIDADE E INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES - Os atendimentos são realizados gratuitamente às pessoas com deficiência visual e seus familiares. Os atendimentos seguem o fluxo de triagem e integração nos programas de serviços e contam com uma equipe de profissionais de diversas áreas de formação e especializados na prestação de serviços destinados ao público atendido. Em conformidade com o artigo 3º do Estatuto Social da Associação, foram prestados os seguintes atendimentos e gratuidades em 2013 e 2012 ('):

	2013	2012
Total do público atendido.....	1.409	1.476
Atendimento direto ao usuário.....	31.386	33.399
Atendimento à família.....	11.865	7.151
Total dos atendimentos.....	43.701	40.550

Os custos e despesas relativos aos atendimentos gratuitos referem-se aos gastos consumidos durante a prestação do serviço de Proteção Especial para Pessoas com Deficiência e suas famílias. O custo e as despesas são apurados pelos gastos efetivos, com base em notas fiscais, folha de pagamento, contratos de serviços e produtos, têm por objetivo demonstrar os recursos destinados às ações beneficentes e são base para evidenciar os atendimentos concedidos, por meio do serviço e ações assistenciais desenvolvidas pela Associação, sendo demonstrados conforme segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Custo e despesas do atendimento gratuito.....	3.116.369	2.987.745
Mão de obra.....	58.633	91.426
Consumo de materiais.....	407.923	466.347
Despesas com serviços de terceiros.....	538.288	372.506
Despesas gerais e administrativas.....	4.421.213	3.918.024

(') Não corresponde à informação contábil; dessa forma, é uma informação não auditada.

21. ISENÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - A Associação desfruta de isenção de contribuição patronal (INSS) nos termos da legislação em vigor (Lei nº 8.742/93). Os montantes de isenção usufruídos no decorrer dos exercícios de 2013 e de 2012, como se fossem devidos, estão demonstrados na nota explicativa nº 16.

22. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA - Em 4 de setembro de 2009, a Associação pleiteou, tempestivamente, a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, visto que o período de vigência do certificado anterior era de 12 de janeiro de 2007 a 11 de janeiro de 2010. Em 19 de fevereiro de 2010, a Associação recebeu do CNAS certificado que comprova o período de renovação do certificado supracitado e que estava em análise. A certidão legítima a entidade como Entidade Beneficente de Assistência Social e tem validade de seis meses, a contar da data de emissão dessa certidão, 19 de fevereiro de 2010. Em 5 de maio de 2010, o CNAS, por meio da Resolução nº 16, de 5 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial da União nº 94, de 19 de maio de 2010, definiu os novos parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como de serviços, programas, projetos e socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do Distrito Federal, e conforme os artigos 1º e 4º, resolveu que, para emissão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, as entidades e organizações deveriam entrar com o pedido de inscrição nos respectivos Conselhos Municipais de Assistência Social. A Associação renovou, em 30 de junho de 2010, o Certificado de Inscrição perante o Conselho Municipal de Assistência Social - COMAS - SP sob o nº 643/10, cuja validade inicial era de cinco anos, ou seja, até 29 de junho de 2015. Para atendimento à Resolução CNAS nº 16/10, o COMAS/SP suspendeu temporariamente todos os certificados de inscrições emitidos anteriormente, que são premissas fundamentais para a emissão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social do CNAS, e todas as entidades deveriam providenciar as novas documentações solicitadas. Como a Associação depende de tal certificado para a manutenção de suas isenções (tributárias e fiscais), em 16 de julho de 2010, a Associação recebeu do CNAS nova certidão que comprova a protocolização do pedido de renovação do certificado, o qual foi encaminhado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Por meio da Resolução COMAS-SP nº 532/11, artigo 1º, foi definido que as entidades e organizações de assistência social, inscritas no COMAS-SP, deveriam requerer até o dia 30 de abril de 2012 inscrição conforme procedimentos e critérios dispostos na Resolução COMAS-SP nº 528/11. Também foi definido que os certificados de inscrições, outrora suspensos temporariamente, tiveram seus prazos de validade prorrogados até o dia 30 de abril de 2012. A Associação efetuou o recadastramento no COMAS/SP em 27 de abril de 2012, conforme determina a Resolução CNAS nº 16/10. Esse procedimento é o reconhecimento público das ações realizadas pela Associação no âmbito da Política de Assistência Social. Em 07 de maio de 2014, a Associação, tendo cumprido o que estabelece a Resolução COMAS - SP nº 528/2011, recebeu o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, publicado no Diário Oficial de São Paulo em 10 de maio de 2014, com prazo de vigência indeterminado.

23. SEGUROS (INFORMAÇÃO NÃO AUDITADA) - Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Associação mantém valores segurados determinados e contratados em níveis adequados para a cobertura de eventuais danos decorrentes de sinistros com bens de seus ativos.

24. COMPROMISSO - A Associação possui contratos de comodato com uma de suas mantenedoras referente aos seus imóveis localizados no bairro da Barra Funda. Os contratos são de caráter gratuitos e possuem prazo de vencimento indeterminado.

25. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA - Durante o exercício em 31 de dezembro de 2013, a Associação adquiriu R\$ 226.975 referente a máquinas para a gráfica, que não afetaram seus fluxos de caixa.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES - a) Em 15 de janeiro de 2014, a Associação ganhou a licitação para venda de 200 (duzentas) máquinas de escrever em Braille celebrado pelo Banco do Brasil S.A. O preço unitário de cada máquina é de R\$ 1.745, totalizando um contrato de R\$ 349.000. Até a data de emissão deste relatório, 35% do contrato havia sido entregue, aguardando a análise da prestação de contas para o recebimento financeiro.

b) A Associação assinou em 27 de maio de 2014, junto ao Itaú S.A. um empréstimo (finame) para aquisição de equipamento junto a Rotakem Brasil equipamentos gráficos Ltda de uma empréstimo rotativa combinada - Modelo Omnil 560, no valor de R\$ 1.720.000. O referido empréstimo será pago em 54 parcelas, com vencimento a partir de 15 de janeiro de 2015. Os juros serão de 4,5% ao ano, equivalente a 0,362438% ao mês. Não há covenants financeiros (KPIs) sobre este acordo.

27. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela Diretoria, pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida em 7 de julho de 2014.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Administradores da Laramara Associação Brasileira de Assistência à Pessoa com Deficiência Visual - São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Laramara Associação Brasileira de Assistência à Pessoa com Deficiência Visual ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do superávit, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras** - A Administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por erro ou fraude. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras e suas informações livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente de causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Associação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Associação. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Laramara Associação Brasileira de Assistência à Pessoa com Deficiência Visual em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos.

São Paulo, 7 de julho de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
 Auditores Independentes
 CRC nº 2 SP 011609/O-8

Walter Dalassano
 Contador
 CRC nº 1 SP 077516/O-9

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2013	31/12/2012
CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa.....	3	3.963.514	1.838.609
Contas a receber.....	4	3.197.858	2.546.277
Estoques.....	5	1.417.986	1.570.350
Adiantamentos diversos.....		570.110	511.360
Impostos a recuperar.....	6	25.324	3.722
Outras contas a receber.....		37.740	26.191
Total dos ativos circulantes.....		9.212.532	6.496.509
NÃO CIRCULANTES			
Depósitos judiciais.....	12.(b)	538.469	559.091
Intangível.....	7	4.926.947	5.479.751
Imobilizado.....	8	71.649	79.249
Total dos ativos não circulantes.....		5.537.065	6.118.091
TOTAL DOS ATIVOS.....		14.749.597	12.614.600

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em reais - R\$)

	Patrimônio social	Reserva de doação	Superávit acumulado	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011.....	3.504.101	341.907	4.510.049	8.356.057
Déficit do exercício.....	-	-	(642.243)	(642.243)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012.....	3.504.101	341.907	3.867.806	7.713.814
Superávit do exercício.....	-	-	2.236.749	2.236.749
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013.....	3.504.101	341.907	6.104.555	9.950.563

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL - A Laramara Associação Brasileira de Assistência à Pessoa com Deficiência Visual ("Associação") é uma associação de caráter beneficente de assistência social, sem fins lucrativos e econômicos, com finalidade fiduciária, que tem por objetivo social dar assistência, desenvolver técnicas e materiais adequados para o atendimento ao deficiente visual; promover conferências e grupos de estudo; realizar seminários, congressos, exposições e outras atividades de caráter cultural dentro da obra da Associação; e realizar a prestação de serviços gráficos.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NA APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 2.1. Declaração de conformidade. As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, levando em consideração a Interpretação Técnica ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros. 2.2. Base de elaboração. As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes: a) Uso de estimativas - Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Associação incluem, portanto, estimativas referentes à seleção da vida útil dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para passivos contingentes e a outras similares. Por serem estimativas, é normal que possam ocorrer variações por ocasião da efetiva realização ou liquidação dos correspondentes ativos e passivos. b) Caixa e equivalentes de caixa. Incluem substancialmente saldos de caixa, bancos e aplicações em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, fundos de investimento de liquidez imediata e poupança, com risco insignificante de mudança de valor de mercado, demonstrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. c) Estoques. Compostos por matérias-primas, produtos acabados e itens para revenda, estão apresentados ao seu custo de aquisição ou produção, que não supera o custo de reposição/realização. Adicionalmente, são constituídas provisões para perdas com itens obsoletos, quando julgado necessário. d) Imobilizado e intangível. Registrado pelo custo de aquisição ou construção ou pelo custo efetivo, com base em pesquisa de mercado quando oriundo de doações, menos depreciações/amortizações acumuladas. As depreciações e amortizações são registradas pelo método linear, conforme as taxas descritas nas notas explicativas nº 7 e nº 8. A Associação analisou as evidências de que o valor contábil de um ativo não seria recuperado. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. Em 31 de dezembro de 2013, não há necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável. e) Demais ativos. Apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até as datas dos balanços e a provisão para perdas considerando as expectativas de realização. f) Passivos circulantes e não circulantes. Registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até as datas dos balanços. g) Adiantamento para projetos e doações. Os adiantamentos para projetos específicos são registrados no passivo circulante e revertidos integralmente em projetos de pesquisas e ações sociais da Associação, quando então são registrados no superávit para custeio das despesas ou no patrimônio social, para custear aquisições de ativo imobilizado. As doações não específicas, destinadas ao custeio normal das operações, são registradas diretamente no superávit como receita de doações. h) Apuração do déficit/superávit. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. Venda de produtos - A receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a posse é transferida, de tal forma que todas as seguintes condições são satisfeitas: • A Associação transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos. • A Associação não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos. • O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade. • É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Associação. • Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade. Normalmente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida. Prestação de serviços - As receitas, os custos e as despesas são reconhecidos de acordo com o princípio contábil da competência. As receitas são reconhecidas quando efetivamente realizadas, ou seja, quando os seguintes aspectos são cumulativamente atendidos: (i) evidência da existência do contrato; (ii) serviço efetivamente prestado; (iii) preço fixado e determinado; e (iv) provável recebimento. Empréstimos e recebíveis - Ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, mas não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, menos as perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Os ativos financeiros reconhecidos pela associação nessa categoria de instrumentos financeiros são representados principalmente por caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e bancos.....	23.048	57.036
Aplicações financeiras:		
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (a).....	1.646.828	1.296.006
Fundos de investimento (b).....	2.293.379	485.123
Caderneta de poupança (c).....	259	444
Total.....	3.963.514	1.838.609

(a) Referem-se a aplicações financeiras em renda fixa com remuneração entre 97,74% e 100,40% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (98,1% a 101,71% em 31/12/2012). (b) A Associação mantém valores aplicados em fundos de investimento, cujo objetivo é aplicar em cotas de fundo referenciado DI. (c) Os valores são representados por contas remuneradas pela caderneta de poupança e com resgate imediato. As aplicações financeiras têm liquidez imediata em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

4. CONTAS A RECEBER

	31/12/2013	31/12/2012
Vendas e serviços gráficos.....	3.126.904	2.275.428
Vendas de equipamentos, mercadorias e outros.....	91.663	281.799
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(20.709)	(10.950)
Total.....	3.197.858	2.546.277